CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PRAÇA DA REPUBLICA, 53 - FONE: 255.20.44 - CEP: 01045-903
FAX Nº 231-1518

PROCESSO CEE Nº: 898/93 - Ap. Proc. DRECAP-3 nº 7.339/
0800/92
INTERESSADA : 17ª Delegacia de Ensino da Capital
ASSUNTO : Consulta relativa a estudos finais de
recuperação e sobre a aplicabilidade dos
Regimentos Escolares das escolas estaduais
inseridas no Projeto Escola-Padrão
RELATOR : Cons. Benedito Olegário Resende Nogueira de
Sá
PARECER CEE Nº 171/94 -CLN- APROVADO EM 06-04-94

CONSELHO PLENO

1. RELATÓRIO

1.1 HISTÓRICO

Em 12-08-92, a Equipe de Supervisores da 17ª DE, jurisdicionada à DRECAP-3, solicita o pronunciamento do Conselho Estadual de Educação relativo à aplicabilidade do Regimento Comum das Escolas Estaduais de 1º e de 2º Graus (Decretos nºs 10.623/77 e 11.625/78) à Escola-Padrão e sobre a obrigatoriedade do cumprimento da Lei Federal nº 5.692/71.

As dúvidas da equipe de supervisores se prendem aos procedimentos a serem adotados com relação aos estudos de recuperação final, em face das contradições entre o disposto na Lei Federal nº 5.692/71, nos Decretos nºs 10.623/77 e 11.625/78, e na Resolução SE nº 247/91, que estabelece a obrigatoriedade de 200 dias letivos às escolas da rede estadual de ensino.

A Delegacia de Ensino e a Divisão Regional de Ensino propõem o encaminhamento da consulta ao Conselho Estadual de Educação, com tramitação pela COGSP que, por sua vez, submete a consulta à manifestação da CENP.

PROCESSO CEE N° 898/93

PARECER CEE N° 171/94

Através da Informação SEPG/SESG n° 13/93, a Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas esclarece que as dúvidas levantadas pela Supervisão da 17ª DE já estão respondidas no Comunicado COGSP/CEI/CENP publicado no DOE de 20-11-92, não só as relacionadas à necessidade de submeter alunos de Escola-Padrão a estudos finais de recuperação, como prevê a Lei Federal n° 5.692/71, como também se a recuperação final deve-se dar após o término dos dias letivos e se os dias de recuperação devem ser considerados letivos (itens "a" e "b" da consulta, às fls 05).

Quanto ao item "c", da obrigatoriedade ou não do atendimento ao Regimento Escolar das escolas estaduais pelas Escolas-Padrão, a CENP define que ... "até que a reforma se consolide, as Escolas-Padrão devem se orientar pela legislação em vigor, naquilo que não colide com as normas específicas para essas escolas" (fls 09).

Restituídos os autos à COGSP, esta, considerando terem sido dirimidas as dúvidas levantadas pela Supervisão, determina o retorno dos mesmos à 17ª DE para ciência e posterior arquivamento (fls 10).

Em face da resposta da CENP, a Equipe de Supervisão da 17ª DE, em 08-06-93, reitera o pedido de encaminhamento do expediente ao Conselho Estadual de Educação e acresce dois novos questionamentos:

- Se o Comunicado Conjunto COGSP/CEI/CENP, "tendo em vista o princípio da hierarquia das normas é suficiente para modificar Lei Federal e Decreto Estadual";

PROCESSO CEE Nº 898/93

PARECER CEE Nº 171/94

caso de possíveis recursos de aluno contra o processo de avaliação, quando não lhe tiver sido oferecida a recuperação como estudos finais, após o encerramento do ano letivo, tal como está definido nos Regimentos Comuns das Escolas Estaduais.

Diante do conflito entre as normas estabelecidas para a Escola-Padrão e as determinações da Legislação Federal e Estadual, a Equipe de Supervisão da 17ª DE consulta o Conselho Estadual de Educação se o "Comunicado basta para que consideremos a Lei cumprida".

Por considerar procedente a indagação dos Supervisores de Ensino da 17ª DE, acreditando que o pronunciamento do Conselho Estadual de Educação esclarecerá e orientará a rede de escolas estaduais quanto aos procedimentos a serem utilizados na recuperação final, as autoridades da DRE, em 28-09-93, propõem o envio do expediente a este Colegiado, via Gabinete do Senhor Secretário da Educação, protocolado neste órgão somente em 13-12-93.

Em recente manifestação, através do Parecer CEE nº 560/93, foi reconsiderada a situação de retenção de aluno de Escola-Padrão a quem a escola não oferecera a recuperação final.

Por tratar-se de assunto de extrema importância para esclarecimento e orientação da rede estadual de educação, e que diz respeito à legislação, foi sugerido o pronunciamento da CLN deste Colegiado.

PROCESSO CEE N° 898/93

PARECER CEE N° 171/94

1.2 APRECIACÃO

As questões apresentadas à CLN convergem em torno de conflito entre normas extravagantes impostas à Escola-Padrão e as estabelecidas nos Regimentos Comuns das Escolas Estaduais de 1º e 2º Graus.

Na controvérsia, cumpre observar que para elaboração do regimento das escolas estaduais de primeiro e segundo graus, no cumprimento às exigências de lei, a Administração, em razão da complexidade da rede pública de ensino, que abrange numerosas unidades, optou pela via ofertada pelo artigo 70 da Lei Federal n° 5.692, de 11.08.71, que dispõe:

"Artigo 70 - As administrações dos sistemas de ensino e as pessoas jurídicas de direito privado poderão instituir, para alguns ou todos os estabelecimentos de 1º e 2º graus por elas mantidos, um regimento comum que, assegurando a unidade básica estrutural e funcional da rede, preserve a necessária flexibilidade didática de cada escola."

Com efeito, com a devida aprovação deste Conselho e, em seguida, baixados os decretos governamentais pertinentes, não resta dúvida de que esses instrumentos abrangem, indistintamente, as escolas estaduais que não possuam regimentos próprios, incluindo-se, portanto, a escola-padrão.

Observa-se, "in fine", que isso não significa que se exclui às escolas estaduais, cujas condições o permitam, a possibilidade de elaborarem seus próprios regimentos, pois contrariaria o próprio espírito da

PROCESSO CEE Nº 898/93

PARECER CEE Nº 171/94

Lei, sua fonte obrigatória, conforme estabelece o parágrafo único, do artigo 2º da Lei Federal nº 5.692, de 11.08.71:

"Parágrafo único - A organização administrativa, didática e disciplinar de cada estabelecimento de ensino será regulada no respectivo regimento, a ser aprovado pelo órgão próprio do sistema, com observância de normas fixadas pelo respectivo Conselho de Educação."

Ademais, é de admitir-se, nesse rumo, que regimentos próprios, organizando-as em função de suas peculiaridades e do meio a que devem servir, autoriza por indução a concluir, que essas escolas encontram-se em condições para o pleno cumprimento de suas finalidades, evidenciando seu amadurecimento e consolidação.

2. CONCLUSÃO

2.1 As Escolas-Padrão estão cingidas aos Regimentos Comuns das Escolas Estaduais, aprovadas pelos Decretos Estaduais nºs 10.623/77 e 11.625/78.

2.2 Normas específicas para essas escolas podem ser baixadas, desde que não conflitem com as disposições regimentais.

2.3 Nada impede que as Escolas-Padrão tenham regimento próprio, proposto pela SEE é aprovado por este Conselho.

PROCESSO CEE Nº 898/93

PARECER CEE Nº 171/94

2.4 Dê-se ciência à SEE do presente Parecer, em seu inteiro teor.

São Paulo, 09 de março de 1994.

a) *Cons. Benedito Olegário Resende Nogueira de Sá*
Relator

3. DECISÃO DA COMISSÃO

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS adota, como seu Parecer, o Voto do Conselheiro Relator.

Presentes os Conselheiros: Benedito Olegário Resende Nogueira de Sá, Francisco Aparecido Cordão, João Cardoso Palma Filho e João Gualberto de Carvalho Meneses.

Sala da Comissão, em 16 de março de 1994.

a) *Cons. João Gualberto de Carvalho Meneses*
Presidente da CLN

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Comissão de Legislação e Normas, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 06 de abril de 1994.

a) *Cons. JOSÉ MÁRIO PIRES AZANHA*
Presidente